

O SERVIÇO SOCIAL E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: uma reflexão teórica

Myrna Lorena Figueredo Almeida
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro
Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- CEFET-MG.
myrnalorena@gmail.com*

Raquel Quirino
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro
Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- CEFET-MG.
quirinoraquel@hotmail.com*

*Simpósio Temático nº 15 – Divisão Sexual do Trabalho, Relações de Gênero e
Diversidade Sexual: Desafios Atuais e Interloções com a Ciência & Tecnologia (C&T)
e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)*

RESUMO

Desde a sua gênese, o Serviço Social é marcado com a presença quase que exclusivamente feminina, constituindo-se essa característica na sua identidade profissional. A presente pesquisa busca compreender teoricamente a relação entre o Serviço Social e a divisão sexual do trabalho a fim de contribuir com as discussões acadêmicas na área. Analisar a divisão sexual do trabalho na profissão de Serviço Social é contribuir no aprofundamento teórico e ético-político da sua atuação na luta constante pela efetivação de direitos e pela justiça social e igualdade entre os gêneros. Nesse sentido, a pesquisa busca responder a seguinte questão: de que forma a divisão sexual do trabalho é abordada na profissão de Serviço Social? Adotou-se a pesquisa bibliográfica, por meios físicos e eletrônicos constituídos por livros, artigos científicos, dissertações e teses, dentre outros, e a pesquisa qualitativa. Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho demonstram grandes demandas e desafios para o seu aprofundamento e processo de renovação da profissão, na ruptura das opressões e em busca da emancipação humana.

Palavras-chave: Serviço Social, Divisão Sexual do Trabalho, Relações Sociais de Sexo.

ABSTRAT

Since its genesis, Social Work has been marked by an almost exclusively female presence, this characteristic constituting its professional identity. This research seeks to

theoretically understand the relationship between Social Work and the sexual division of labor in order to contribute to academic discussions in the area. Analyzing the sexual division of labor in the Social Work profession is to contribute to the theoretical and ethical-political deepening of its role in the constant struggle for the realization of rights and for social justice and gender equality. In this sense, the research seeks to answer the following question: how is the sexual division of work addressed in the Social Work profession? Bibliographic research was adopted, by physical and electronic means consisting of books, scientific articles, dissertations and theses, among others, and qualitative research. Studies on the sexual division of labor demonstrate great demands and challenges for the deepening and process of renewal of the profession, in the rupture of oppressions and in the search for human emancipation.

Keywords: Social Work, Sexual Division of Labour, Social Sex Relations.

INTRODUÇÃO

A inserção das ocupações em determinados espaços de trabalho é submetida a um conjunto de determinações da sociedade capitalista, como o controle da força de trabalho e a subordinação de seu conteúdo aos objetivos e necessidades das instituições empregadoras. Nesse contexto problematizar a divisão sexual do trabalho é pensar a dialética entre os fenômenos da reprodução social, seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009).

A presente pesquisa, ancorada no feminismo materialista e à luz das teorias da Divisão Sexual do Trabalho, problematiza tal divisão no Serviço Social. Apontamentos sobre as determinações e principais implicações dessa divisão do trabalho entre os sexos na profissão de Serviço Social é a questão norteadora do presente estudo. Para se chegar à resposta dessa questão, outras indagações perpassam a pesquisa: como as relações sociais de sexo/gênero e a divisão sexual do trabalho se desenvolveram historicamente na formação e atuação na profissão de Serviço Social?

DESENVOLVIMENTO

A inserção das ocupações em determinados espaços de trabalho é submetida a um conjunto de determinações da sociedade capitalista, como o controle da força de

trabalho e a subordinação de seu conteúdo aos objetivos e necessidades das instituições empregadoras.

A seleção de caracteres raciais e de sexo são e foram utilizados com a finalidade de hierarquizar os grupos sociais marginalizados segundo uma escala de valores de uma sociedade historicamente dada e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços (SAFFIOTI, 1978).

Nesse contexto problematizar a divisão sexual do trabalho é pensar a dialética entre os fenômenos da reprodução social, seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009).

As profissões se inserem em um contexto em que prevalece a divisão social e sexual do trabalho. Para Yannoulas (2015), o estudo da feminização e da masculinização das profissões é a chave para se identificar o desmonte das políticas e micropolíticas de poder que condenam homens e mulheres a determinados empregos e ocupações.

Assim, de acordo com Dias (2013, p.184), apreender a estreita relação do processo de feminização de algumas profissões com as relações sociais de sexo/gênero está além da mensuração da elevada proporção de mulheres em determinados espaços, mas, também, analisar seu viés qualitativo com o propósito de entender as razões que têm levado à atual requisição do mercado de trabalho pela força de trabalho da mulher.

Problematizar os lugares centrais que as mulheres ocupam no mundo do trabalho constitui-se em uma tarefa urgente e atual, até para que se possa fomentar um debate que possibilite, senão o rompimento, ao menos a reflexão do sistema de dominação-exploração a que elas estão submetidas: a opressão de gênero e a exploração de classe, enquanto mulheres trabalhadoras (SAFFIOTI, 1987).

Para Quirino (2015), a categoria de análise da divisão sexual do trabalho, entende as relações entre homens e mulheres como vivenciadas e pensadas como gênero masculino e feminino construídas historicamente nas relações sociais, nas quais estão presentes as relações de poder.

Por isso, estudar o trabalho e as profissões na perspectiva de suas divisões entre os sexos exige que seja considerado não apenas o trabalho produtivo, gerador de mercadorias ou serviços, de valor de troca e mais valia. É imprescindível trazer também para o debate acadêmico o trabalho reprodutivo, invisível, exercido no âmbito doméstico, no espaço privado e executado majoritariamente por mulheres, sem valor de troca, mas com considerável valor de uso, uma vez que objetiva atender às necessidades internas da família e criar as condições de existência social (LOMBARDI, 2009).

A divisão sexual do trabalho é permeada pelo o caráter multidimensional do trabalho. O trabalho doméstico, localizado na esfera reprodutiva, está inserido no processo de acumulação capitalista e deve ser considerado também como trabalho na perspectiva sexuada. (Kergoat, 1995a, apud Hirata, 2012).

Nesse sentido, o modo de produção capitalista se consolida na exploração do trabalho da mulher como sua base de sustentação, seja no trabalho remunerado ou não.

Para se compreender empiricamente como essa divisão ocorre na prática social é necessária, antes, a compreensão do que vem a ser a “divisão sexual do trabalho”. Segundo Hirata e Kérgoat (2007), o termo se aplica a duas definições de conteúdos distintos.

Primeiro trata-se de um sentido sociográfico que estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e, também à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. A segunda trata de mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e articula a descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto, os sexos, criando um sistema de gênero (HIRATA e KÉRGOAT, 2007).

Em se tratando do Serviço Social, especificamente, como uma área de atuação e uma profissão, evidencia-se que, desde a sua gênese, a presença das mulheres é uma marca constitutiva dessa categoria laboral, estabelecendo-se em um dos selos de sua identidade profissional, constituindo-se como uma profissão quase exclusivamente feminina (CISNE, 2015, p.60).

A profissão surge no Brasil em 1936 como uma prática assistencialista, com posicionamento moralizante e conservador, fortemente influenciada pela doutrina social da Igreja Católica. Por se constituir originariamente por influência do humanismo cristão e representações dos setores e classes que lideravam essa corrente ideológica, a carreira no Serviço Social exigia atributos naturais dos ditos comportamentos femininos. Essa feminização da profissão evidencia o trabalho do *care*, do cuidado na origem da profissão.

Somente a partir da década de 1970, a reformulação e profissionalização do Serviço Social traz um processo de superação de princípios messiânicos e moralizantes, buscando o compromisso com a análise crítica da contradição capital-trabalho, associando fundamentos éticos dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, da justiça social e da emancipação do sujeito, conferindo ao mesmo tempo uma dimensão intelectual (teórica) e uma dimensão interventiva na formação e prática desse profissional.

Nessa perspectiva, é necessário para pensar as relações sociais de sexo na profissão de Serviço Social trazer o conceito da coextensividade e consubstancialidade, trabalhado por feministas materialistas francófonas como a Danièle Kergoat . A coextensividade é caracterizado pelo dinamismo das relações sociais, que se produzem mutuamente. Para a autora, a consubstancialidade é um modo de leitura da realidade, é ter a perspectiva de que as relações de gênero, raça, classe são relações de produção que e entrecruzam-se (de forma dinâmica e complexa, envolvidas intrinsecamente umas com as outras) pela exploração, dominação e opressão. A consubstancialidade é uma forma de leitura da realidade social.

Consubstancialidade e coextensividade das relações significa pensar que cada uma dessas relações é substância comum e extensiva da outra, uma alimenta a outra de forma mútua e indissociável, estando presente em todas as relações e fenômenos sociais (CISNE, 2015).

Assim, mesmo que alcançado o espaço público através de determinadas profissões, como no caso específico do Serviço Social, sofrem os reflexos de um sistema que vai

além das relações de exploração do capitalismo reestruturado e flexível, porque, na verdade, deve ser entendido como um sistema de exploração/dominação perceptível nas análises das relações sociais entre os sexos presentes na construção histórica.

As primeiras ações desenvolvidas pela profissão do Serviço Social permite apreender as contradições da origem da profissão em meio às relações sociais no sistema capitalista, que foi permeado pelo controle, moralização e censura da classe operária e suas práticas para a manutenção da ordem.

Nesse âmbito é importante compreender a Questão Social, objeto de intervenção do Serviço Social, surge do conjunto das desigualdades sociais, econômicas e culturais, na arena política, por meio da intervenção e resistência da classe trabalhadora, cobrando do Estado uma ação especializada no trato dessas desigualdades (TIBURTINO, 2014).

O desenvolvimento da profissão do Serviço Social imprime uma série de contradições no interior da categoria inerentes ao processo de acumulação capitalista. Impõe o desafio de compreender o significado social dessa conjuntura no âmbito da sua formação, como também na sua prática, destacando desse modo, divergências de orientações e ações políticas na história profissional.

Trabalhadores e trabalhadoras de quaisquer áreas - a classe trabalhadora em geral tem dois sexos e pesquisas *gender blind* (HIRATA, 2004) que pensam o trabalhador homem e branco, ignorando questões da divisão do trabalho entre os sexos, não traduzem a realidade que se nos apresenta.

Marques (2015), analisa a divisão sexual do trabalho e suas expressões no trabalho docente em Serviço Social, a partir da reflexão sobre a acumulação flexível da década de 1970 e seus desdobramentos em cursos do Serviço Social. Constata-se que para além da divisão sexual do trabalho, o trabalho docente é atravessado pela divisão do saber e do poder, presentes, inclusive, na construção da ciência.

Tiburtino (2014), investiga como as contradições das relações sociais degênero que percorre o processo de expansão e precarização do trabalho das/dos assistentes sociais no SUAS, evidenciando-se no âmbito do cotidiano profissional a divisão sexual do

trabalho como uma questão preeminente e também no âmbito dos processos de trabalho indentificou-se a precarização do trabalho nos espaços socioocupacionais do(a)s sujeitos de pesquisa.

Para Marques(2015), mesmo que as mulheres tenham alcançado a esfera pública através de determinadas profissões, como o Serviço Social, ainda enfrentam os reflexos de um sistema de exploração/dominação nas relações sociais entre os sexos presentes na construção histórica.

A pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil elementos para estudo do perfil profissional”, realizada em 2005 pelo Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, corrobora essa tendência histórica, confirmando a presença massiva de mulheres no setor, composto por 97% de mulheres e apenas 3% de homens.

Nas pesquisas analisadas percebe-se que a categoria profissional, de modo geral, compreende a necessidade de romper com a visão filantrópica e da boa vontade atreladas ao Serviço Social, mas ao mesmo tempo ainda se reproduz o discurso que naturaliza os “dons” e habilidades delegadas ao feminino.

A naturalização dos “atributos” ditos femininos desvalorizam a atuação profissional das mulheres deconsiderando como trabalho especializado e servem de justificativa para os baixos salários recebidos por elas, construindo desigualdades e categorização social do sexo.

É necessário se compreender a presença predominante das mulheres de forma mais abrangente nas relações sociais de gênero, e não deslegitimar o feminino nessas profissões como se para “avançar” na profissão a solução seria a ampliação da participação masculina. Essa perspectiva equivocada pode perpetuar ações e orientações com base na reprodução da sociedade machista, sexista e patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contata-se que existem debates teóricos sobre a divisão sexual do trabalho nas produções científicas da área, sobretudo nas reflexões das expressões da questão social nos contextos da atuação profissional. No entanto, ainda é incipiente a presença deste debate na compreensão da divisão sexual do trabalho nas relações sociais do(a)s profissionais de Serviço Social, levando-se em conta que é uma profissão que possui o compromisso explícito com enfrentamento das relações de opressão e exploração dentro da contradição capital versus trabalho.

É preciso perceber o fenômeno social da feminização do trabalho em meio à ordem do capital, desvelando quais os processos sociais, econômicos e políticos que a determinam, na sua totalidade, compreendendo também os interesses ocultos na aparência do fenômeno.

Além disso, é necessário através de futuras pesquisas investigar se e como a pandemia do covid-19 impacta nas determinações da divisão sexual do trabalho nos processos e relações de trabalho, levando-se em conta que é uma profissão que possui o compromisso explícito com enfrentamento das relações de opressão e exploração dentro da contradição capital versus trabalho.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social. In: Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social. Marlene Teixeira. Maria Elaene Rodrigues Alves (Organizadoras) – Brasília: Editorial Abaré, 2015.

DIAS, Marly de Jesus. A feminização do trabalho no contexto da saúde pública: reflexos da reestruturação produtiva no serviço social e na medicina. In: Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações / Yannoulas, Silvia Cristina (Coord.) – Brasília : Editorial Abaré, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, set./dez. 2007.

_____, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo : Boitempo, 2012.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo. Unesp, 2009.

_____, Daniele.. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estud. – CEBRAP. no.86 São Paulo Mar. 2010.

MARQUES, Maria Inez Barboza. Divisão sexual do trabalho e suas expressões: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2015. 299 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. Trabalho & Educação . Belo Horizonte, v.24, n.2, p. 229-246, mai-ago/2015

SAFFIOTI, H. I. B. et. al. Formas de participação da mulher em movimentos sociais. Revista Política e Administração, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, março/1985.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. Relações sociais de gênero e precarização do trabalho: um estudo sobre as contradições de gênero no processo de expansão dos espaços sócio - ocupacionais das/os assistentes sociais na política de Assistência Social. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Divisão sexual do trabalho, tempo e gênero: as mulheres e o Serviço Social. In: Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social. Marlene Teixeira. Maria Elaene Rodrigues Alves (Organizadoras) – Brasília: Editorial Abaré, 2015.